manchete

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Sábado | Periodicidade: Semanal | | Temática: | Justica |
| | Classe: | Informacão Geral | Dimensão: | 577 cm² |
| 31-12-2019 | Âmbito: | Nacional | Imagem: | S/Cor |
| | Tiragem: | 116250 | Página (s): | 16 |

O SEGREDO

**CASO TANCOS.** JUIZ DE INSTRUÇÃO CARLOS ALEXANDRE AUTORIZOU TUDO

# Operação Lua

**Uma investigação paralela, com agentes encobertos, visou o principal acusado do processo das armas de Tancos e foi assim batizada pela PJ. Começou a 31 de julho de 2017 e durou 14 meses.**

Por **António José Vilela**

**O diretor da PJ**
Luís Neves era o responsável da unidade da PJ que fez a ação encoberta

**O adjunto**
O procurador João Melo autorizou a operação encoberta. Agora, está na PJ

Chamaram-lhe Operação Lua nos documentos confidenciais internos da Judiciária, mas ficou registada oficialmente pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) como NUIPC 403/17.1 TELSB. Na realidade, esta ação encoberta preventiva terá sido utilizada para investigar de forma paralela os dois processos que visaram o caso Tancos – os inquéritos ao furto e à ação de encobrimento da entrega das armas que acabaram anexados num único processo. E porque é que isto é polémico? A explicação é simples: a Polícia Judiciária (PJ) e o Ministério Público (MP) usaram este expediente legal para manter sob vigilância – durante 14 meses em que também decorreu a investigação do caso Tancos – o principal suspeito de ser o mandante do assalto aos paióis militares: João Paulino. E com isto terão recolhido informações – sem a autorização dos dois juízes dos inquéritos citados, Ivo Rosa e João Bártolo – que podem ter sido utilizadas, de forma direta ou indireta, no processo de Tancos.

**O que fizeram os infiltrados?**

A situação é ainda mais insólita porque a operação encoberta do MP e da PJ foi autorizada pelo juiz Carlos Alexandre, a quem coube recentemente por sorteio a instrução do caso Tancos. Ou seja, é este magistrado que irá decidir se o processo segue ou não para julgamento (e em que termos isso acontece).

Segundo a **SÁBADO** apurou, a operação encoberta começou a 31 de julho de 2017, ainda o processo do roubo das armas de Tancos era titulado pelo juiz Ivo Rosa. Depois, até 8 de outubro de 2018, a PJ usou agentes encobertos para vigiar João Paulino com a justificação de que estaria ligado ao tráfico de droga, uma suspeita que também consta no caso Tancos. Agora, a defesa de João Paulino quer saber o que aconteceu nesta investigação paralela e já pediu ao juiz Carlos Alexandre que confirme se realmente existiu. Alexandre comunicou isso ao MP, levando este estranho jogo de sombras a um patamar nunca visto. Só que o juiz já disse ao MP por escrito que a palavra final é dele. A PJ e o MP não responderam às perguntas da **SÁBADO** até ao fecho desta edição.